

Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre

Cleilton Sampaio de Farias

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Campus
Cruzeiro do Sul
E-mail: cleilton.farias@ifac.edu.br

Cleisson Sampaio de Farias

Universidade Federal do Acre
Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Bioma
E-mail: cleisson_farias@hotmail.com

Resumo

Este texto surge dos primeiros apontamentos da pesquisa “A territorialização da agroindústria Álcool Verde e a questão agrária no município de Capixaba – AC”. A pesquisa demonstra que, a exemplo do que ocorreu com os fatores terra e trabalho durante a formação econômica do Brasil, no Acre também as implicações nestes fatores estiveram presentes nos processos de ocupação econômica do território e influenciaram na formação da questão agrária no estado. A importância deste trabalho liga-se ao valor que deve ser atribuído as pessoas que vivem no/do campo que merecem respeito pela responsabilidade de serem os reais produtores de alimentos no país e melhores condições, não só de trabalho, mas de vida, com a extensão plena da cidadania por meio da reforma agrária.

Palavras-chave: Questão agrária, fronteira, estrutura fundiária.

Resumen

Los fundamentos y expresión de la cuestión agraria en Acre

El texto es el resultado de las primeras notas de la investigación: La territorialización de la agroindustria Álcool Verde y la cuestión agraria en la ciudad de Capixaba – AC. La investigación demuestra lo que ocurrió con los factores de tierra y de mano de obra durante la formación económica de Brasil, en Acre también las implicaciones de estos factores estuvieron presentes en los procesos de ocupación económica del territorio e influenciaron en la formación de la cuestión agraria en el Estado. La importancia de este trabajo se relaciona con el valor que debe atribuirse a las personas que viven en/ del campo que merecen el respeto por la responsabilidad de ser los verdaderos productores de alimentos en el país y de mejores condiciones, no sólo de trabajo sino de la vida, con la extensión plena de la ciudadanía a través de la reforma agrária.

Palabras clave: Cuestión agrária, frontera, estructura de la propiedad de la tierra, Acre – Brasil.

Abstract

Basics of the agrarian question in Acre

This text analyzes preliminary results from a research project entitled, “The agrarian question and the territorialization of the Álcool Verde agro-industry in Capixaba, Acre, Brazil.” The research shows that Acre seems to have experienced similar land and labor transformations as other parts of Brazil. The influences of these factors were present in the processes of

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 13, nº. 17	pp. 94-111	Jul-dez./2010
--------------	---------------------	----------------	------------	---------------

economic occupation of the municipality and determine that nature of the state's agrarian question. The importance of these results arises from the value it attributes to people living on the land who deserve respect for their contributions as producers of both food and better living conditions for the countryside, showing how the implementation of agrarian reform policies benefits not only working conditions but citizenship..

Keywords: Agrarian question, frontier, agrarian structure, Acre - Brazil.

Introdução

Na insatisfação gerada com a revolução de 31 de março de 1964 pela consequente interrupção de um processo que levaria o Brasil às reformas das estruturas agrárias e relações de trabalho rural, levou Caio Prado Junior a escrever a obra “A questão agrária” (1979). Neste livro o autor expõe as suas decepções com o regime imposto diante da incapacidade de implantar a reforma agrária e de solucionar a questão agrária, que para ele é muito importante e consiste em:

De fato, do que se trata e deve essencialmente interessar na reforma agrária brasileira é da solução do que se propõe efetivamente na prática, e em profundidade, em nossa realidade. A saber, a exploração desenfreada e o baixo nível, sob todos os aspectos, e em confronto com os níveis do mundo moderno, da grande massa da população rural brasileira, herança de sua formação histórica, e que encontra sem dúvida nas relações e condições em geral da produção e trabalhos rurais o seu principal fator determinante. Refletindo-se essa situação, direta ou indiretamente, e se fazendo sentir no conjunto de nossa racionalidade e teor geral, com mínimas exceções, de sua medíocre vida em termos modernos. É disso que se há de cuidar na questão agrária. [...]. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 10).

Sem dúvida, a questão agrária abrange vários problemas que por sua vez geram inúmeras conseqüências, por isso é possível relacioná-la com o “conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo”. Sua abrangência é “para além dos sentidos fundiários, territorial, imobiliário, [...], por associar estrutura de posse e uso da terra a formas de organização do trabalho” (LINHARES, SILVA, 1999, p. 47).

Graziano da Silva (1984, p. 10–13) explica a questão agrária ao compará-la com a questão agrícola como um recurso analítico, para ele não se pode confundir as duas questões.

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz (1984, p. 11, grifo do autor).

O referido autor acrescenta que, as variáveis importantes na questão agrícola são as quantidades e os preços dos bens produzidos e na questão agrária são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1984, p. 11).

No entanto, as duas questões são indissociáveis, pois não se pode separar uma da outra na realidade, isto é: o como, a forma, o que e onde produzir dialeticamente se articulam, pois não há produção sem relações de produção e vice versa.

Para Martins (1982, p. 11) a questão agrária ou a questão política no campo é principalmente a questão da propriedade da terra expressa nas precárias condições de

trabalho combinada com a concentração da propriedade da terra e da expulsão de trabalhadores da terra. Segundo o autor,

[...] uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou tem terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (como é o caso de um imenso número de pequenos proprietários no Nordeste, no Sudeste e no Sul) (1982, p. 11).

Andrade (1980, p. 15) acrescenta que a questão agrária está na menor ou maior facilidade de acesso à propriedade da terra, e como um dos problemas mais sérios a forma como se distribui a propriedade da terra entre seus habitantes. Nesse caso, para uma visualização desses problemas o autor sugere uma análise da estrutura fundiária do lugar que apresentará como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração.

Segundo Fernandes (2007, p. 78) a questão agrária é um problema estrutural do modo capitalista de produção e que, portanto, não há solução para a questão dentro do próprio sistema, no entanto, diante do conflito, cabe uma posição de aceitação ou enfrentamento em termos paradigmáticos.

[...] minha compreensão da questão agrária como um problema estrutural do modo capitalista de produção. Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo infinitamente. A reprodução infindável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capitalismo necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capitalismo precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural, portanto não há solução para a questão agrária a partir do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2007, p. 78).

A disputa paradigmática refere-se ao embate formado pela oposição e resistência que os adeptos da teoria da questão agrária fazem contra o desenvolvimento desenfreado do capitalismo pelo território. Para o autor o agronegócio é a expressão territorializada do capitalismo agrário e a reforma agrária ou o campesinato é a expressão do território da questão agrária. Com a ampliação ou expansão dos territórios do capitalismo amplia-se por consequência a concentração de terra e seus desdobramentos na questão agrária, no entanto, se a expansão for pela reforma agrária ameniza-se a questão agrária.

Encontramos em Girardi (2008, p.120) uma análise semelhante da questão agrária, composta pela resistência do território da questão agrária em oposição da territorialização do capitalismo. Para o autor esta é a forma atual da questão, que pode ser compreendida pela análise de dois componentes do espaço agrário brasileiro: o avanço do agronegócio e a resistência contraditória do campesinato. Contraditória por que a produção camponesa não se baseia predominantemente em relações tipicamente capitalista, como o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2007, p. 39).

Essa contradição pode ser evidenciada na análise da forma de desenvolvimento e reprodução do campesinato em comparação com o capitalismo. Fazendo uma pequena distinção entre os fundamentos e ideais do sistema agrícola desenvolvido na territorialidade camponesa e o sistema agrícola do agronegócio, temos:

[...] O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do camponês. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em larga escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. [...] (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 165).

Para caracterizarmos melhor essa diferenciação, encontramos alguns elementos que formam a produção camponesa: força de trabalho familiar, parceria com outros camponeses, o trabalho acessório, trabalhadores temporários, socialização do camponês, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção, e por fim, a flexibilidade da jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 55 – 64).

Nas propriedades camponesas, suas características são distintas da propriedade capitalista, seu elemento principal de produção é a comida, sua própria subsistência, e a venda do excedente no comércio local (ALMEIDA, 2007, p. 10).

É na propriedade camponesa que se encontra o sentido de viver do camponês, a sua fonte de vida, a sua identidade, as suas histórias, o seu imaginário enquanto ser, e é por tudo isso que a posse da terra foi e ainda é hoje a sua principal riqueza, e espaço principal de sua expressão e reprodução da territorialidade. Portanto, é na eminência da separação do camponês “da sua” terra – com a destruição da sua territorialidade – que se territorializa o capitalismo.

Já os empreendimentos agroindustriais capitalistas como a Álcool Verde, possuem características contrárias as dos camponeses, por sua própria história de concentração fundiária, exploração da classe trabalhadora e por fim, visando destinar a sua produção para o mercado externo.

A lógica da/na territorialidade capitalista não é a satisfação das necessidades básicas de reprodução da vida, ou seja, o valor de uso da produção, mas sim o valor de troca que fundamenta a produção de mercadorias, a extração da mais-valia e a apropriação da renda da terra. O conjunto destas características forma os fundamentos da territorialidade capitalista e fortalece as diferenças com o campesinato.

Sobre a territorialidade capitalista representada no campo atualmente pelo modelo do agronegócio, conforme Welch e Fernandes (2008, p. 165) seus fundamentos estão estruturados por um “complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças, todos sob o controle do capital, que ainda utiliza o campesinato no sistema de forma contraditória”.

Oliveira (2005) afirma que o agronegócio significa a tradução do termo desenvolvido nos EUA com o nome de “agrobusiness”, ou seja, agricultura de negócio, entendido no Brasil como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio”.

Segundo Farias (2010, p. 60) um exemplo de territorialidade capitalista fundamentada no agronegócio está no setor sucroalcooleiro, suas características básicas de atuação são: a monocultura (cana-de-açúcar), o cultivo em grandes extensões de terras (latifúndio), a exploração do trabalhador, a destinação da produção para a exportação, o desperdício de recursos naturais no plantio e processamento da cana-de-açúcar e, por fim, o apoio do governo com incentivos de diversas formas para a manutenção e expansão do modelo.

Para concluir, não há solução para a questão agrária dentro do modo de produção capitalista, com seus ideais (trabalho assalariado, propriedade privada dos meios de produção etc.) e suas consequências (concentração de terra e renda etc.). No entanto, uma solução amenizadora está na resistência e no enfrentamento que consiste na decisão de qual ideal de desenvolvimento queremos, o que se baseia na produção de alimentos, na maior quantidade de empregos gerados, na policultura e na pequena propriedade ou, o seu oposto, baseado na concentração de terras e rendas, na monocultura, na grande propriedade e na expropriação e exploração do trabalhador.

Apoiamos nossa resposta nas afirmações de Prado Junior (1979, p. 13):

[...] o nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá em outra coisa, a saber, na superação das atuais situações sócio-econômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população – refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação – em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – humanas em suma, podemos dizer. São esses os remanescentes do nosso passado que se trata de superar, abrindo –se com isso – e não há outro caminho – as perspectivas para efetiva nivelção do país, econômica, social e culturalmente, com o mundo e civilização de nossos dias (PRADO JUNIOR, 1979, p. 13).

A exemplo do que ocorreu com os fatores terra e trabalho durante a formação econômica do Brasil, no Acre também as implicações nestes fatores estarão presentes nos processos de ocupação econômica do território. Inicialmente ocasionado pela inserção da região na divisão internacional do trabalho na condição de fornecedora de matéria-prima para a indústria e posteriormente com a expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia.

Fazendo-se uma leitura focada na conjuntura de acontecimentos que resultaram na formação econômica do Acre, compreendemos que este fato teve seus primórdios a partir de 1895 com a extração da borracha; posteriormente ocorreu um segundo momento com a retomada da extração da borracha em 1945 e por fim, um terceiro momento com o avanço da fronteira agropecuária na década de 1970.

No primeiro momento que chamaremos de “frente pioneira extrativa” por focar o avanço das atividades econômicas desenvolvidas por homens “brancos” nas terras indígenas, baseava-se na economia da borracha. Esta economia era estruturada no sistema de aviamento, onde o domínio era exercido pelo capital internacional mercantil que articulava em sua base o aviador, o exportador, o seringalista e o seringueiro, através de um quadro simples de dependências múltiplas (SILVA, 1982, p. 15).

Esta economia dominou o território por quase noventa anos e deixou de legado as bases que irão constituir e afirmar a questão agrária no estado, tais como a exploração do trabalhador e a monopolização da terra.

Com o fim do período econômico baseado na economia da borracha, inicia-se uma transformação espacial impulsionada pela expansão da fronteira agropecuária determinando a mudança da floresta para o campo, onde os seringais saem da propriedade dos seringalistas para a propriedade dos fazendeiros e os trabalhadores de seringueiros para trabalhadores assalariados conhecidos como “peões”. Essa mudança inicia-se com a venda da terra do seringalista ao fazendeiro e posteriormente a territorialização se processa com a derrubada da floresta para o plantio do capim para o gado. Os impactos ocasionados por esta dinâmica não são apenas ambientais, mas também, sociais como a intensiva monopolização da terra e a violência contra posseiros e trabalhadores que insistem e resistem em permanecer na terra.

Assim, trataremos primeiramente das dinâmicas que formaram a questão agrária no estado para posteriormente analisar as suas características. Para tanto, dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte procuramos abordar os fatos relevantes que formaram a questão agrária acreana partindo da “Dinâmica da fronteira e a formação sócio econômica do Acre”, seguiremos com “O pioneirismo do extrativismo da borracha: a origem da desigualdade” e finalizaremos com “A Fronteira agropecuária acreana: a ampliação em torno da terra e trabalho”. Na parte final direcionaremos nossos esforços para a espacialização da questão agrária acreana com a própria expressão das desigualdades na estrutura fundiária.

A dinâmica da fronteira e a formação socioeconômica do Acre: os fatores

Para nós, geógrafos, a discussão acerca dos significados, aplicações e representações do termo “fronteira” é muito ampla e importante. Há muito tempo o termo já era usado numa concepção política, para se referir ao espaço proveniente da divisão entre países. Mais recente, passou a ser usado para expressar uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográficos, e também, referido como o lugar proveniente de mudanças sócio espaciais de caráter econômico.

Para a concatenação do pensamento corrente sobre fronteira, várias foram as contribuições de pesquisadores de diversas áreas.

Com interpretações variadas, como a do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (KNAUSS, 2004), que na virada do século XIX para o século XX, afirmou que o significado da fronteira na história americana, ou seja, o “Oeste” passa por uma evolução social, amalgama de raças, miscigenação, o crescimento do nacionalismo, a evolução das instituições políticas, e sua principal característica: a formação da democracia.

Para Turner, essa fronteira ou o Oeste era:

[...] Uma forma de sociedade, mais do que uma área. É o termo aplicado a uma região cujas condições sociais resultaram da combinação de instituições e idéias antigas com a influência transformadora de terras livres. A partir dessa combinação, um novo ambiente se instaurou repentinamente, a liberdade de oportunidade se abriu, a massa de costumes foi abalada e novas atividades, novas linhas de crescimento, novas instituições e novos ideais ganharam existência. O mundo selvagem desaparece, o próprio “Oeste” prossegue para uma nova fronteira e, na área anterior, uma nova sociedade emergiu do contato com as florestas. [...] (KNAUSS, 2004, p. 55).

O estudo de Turner sobre o “Oeste” americano foi uma das principais obras teóricas que exprimiu a fronteira como fenômeno importante para a formação de uma nação, desde o desenvolvimento da população, da conquista do território e da formação de um governo soberano.

De certa forma, houve forte influência deste estudo nos teóricos brasileiros como Gilberto Freire (1947), Sérgio Buarque de Holanda (1945; 1957; 1973) e Cassiano Ricardo (1970), ambos fizeram interpretações similares a de Turner na formação social e territorial do Brasil.

No entanto, na eminente política do governo de Vargas de efetivar no território brasileiro um movimento intitulado “marcha para oeste” como uma tentativa de forjar uma dinâmica similar aos acontecimentos da fronteira americana, o geógrafo Leo H. Waibel (1955) afirmou haver uma diferenciação entre as duas fronteiras, e para tanto, iniciou-se por esclarecer alguns termos essenciais no processo.

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa ‘escoteiro’, ‘batedor’. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que por isso promove o deslocamento da ‘frontier’ sertão a dentro. [...] Na Europa a palavra ‘frontier’ significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: passou a significar o limite da zona povoada. E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira (WAIBEL, 1955, p. 04).

Conforme Waibel (1955, p. 05) haveria duas áreas para se distinguir, a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A primeira limita o sertão com a mata virgem para oeste, já a segunda, separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada.

Uma interpretação bastante semelhante encontra-se na “dinâmica da fronteira” enfocada por Martins (1975, p. 45):

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica. A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada, não constitui basicamente uma frente pioneira e não constitui basicamente porque sua vida não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado.

Depreende-se que, a expansão demográfica ocorre vinculada a fatores econômicos gerados no âmbito da fronteira que tende a se expandir. Sendo assim, a fronteira demográfica aparece primeiro, movida pelas “gentes” marginalizadas do processo econômico que deixa de ser novidade, gerador de oportunidades. Assim, retoma-se o movimento para novos espaços através da frente de expansão.

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. E isso porque essa frente se constitui em decorrência da instauração de um ‘estado de insuficiência econômica’ que se realiza, na fronteira econômica, ‘pelo incremento demográfico, sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida’ ou ‘pela retração do nível ou montante das ‘adequadas’ oportunidades de ganhar a vida’. Assim sendo, a frente de expansão se integra com a economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista (MARTINS, 1975, p. 46).

Na geografia da fronteira, além das características já citadas anteriormente, há outra que achamos bem marcante, a paisagem. Assim, devemos destacar o tempo desta diante dos acontecimentos: antes, durante e depois da frente pioneira.

Nos movimentos pioneiros a paisagem se transforma em ritmo acelerado, os trabalhos de destruição e construção são simultâneos e visíveis ao observador (MACHADO, 2006, p. 191).

[...] Neste sentido, as noções de dinâmica e relação trabalho/tempo são essenciais para distingui-la da noção estética e literária de paisagem. Os conceitos de ‘paisagem cultural’ e ‘paisagem natural’, como utilizados por Turner, Monbeig e Waibel, não correspondem a um contraste simples entre sociedade e natureza, e sim ao grau de domínio das formas de civilização sobre a natureza (MACHADO, 2006, p. 191).

De forma histórica, no Brasil, a zona pioneira surgiu, na segunda metade do século XVIII com a expansão algodoeira no nordeste, e com o desenvolvimento da cultura do café no sudeste no século XIX e XX (WAIBEL, 1955, p. 04).

As últimas fronteiras agrícolas, vinculadas a projetos estatais de povoamento e integração regional, estão localizadas em áreas de floresta tropical, savanas úmidas e secas, e campos, nas regiões norte e centro-oeste do Brasil.

Projetos como o PIN de 1970 (Plano de Integração Nacional), o POLONOROESTE, o PROTERRA, os modelos de Eixos de Desenvolvimento e Pólos de Desenvolvimentos ajudaram decisivamente para a efetivação dos planos governamentais na formação da fronteira agrícola (MACHADO, 2006, p. 192 - 197).

Em síntese, segundo Machado (2006, p. 197), foram vinte e três as fronteiras agrícolas do Brasil, divididas da seguinte forma:

1. Zonas pioneiras do século XIX: Vale do Paraíba, Campinas, São Carlos – Ribeirão Preto, e Botucatu.

2. Zonas Pioneiras da 1ª metade do século XX: Oeste de Santa Catarina, Norte do Paraná, Oeste de São Paulo, Sul do Mato Grosso, Mato Grosso e Goiás, Norte do Rio Doce, e Oeste Maranhão.

3. Fronteiras Agropecuárias da segunda metade do século XX: Barreiras, Rodovia Belém–Brasília, Rodovia Araguaia-Xinguara, Marabá, Rodovia Transamazônica, Estrada Cuiabá-Santarém, Sorriso, Sinop-Alta Floresta, Cuiabá-Porto Velho, Rondônia, Acre e Humaitá.

Atualmente, segundo Becker (2004) ao analisar o comportamento do desflorestamento na Amazônia na última década, afirma estar ocorrendo o esgotamento da fronteira agropecuária com o fim da dinâmica demográfica. No entanto, ainda existe a ocorrência de frentes de expansão de efeito local na região se desenvolvendo da seguinte forma (BECKER, 2004, p. 85 – 86):

a) A expansão de novas fronteiras é hoje localizada nas seguintes áreas: ao longo da Cuiabá–Santarém e nos municípios mato-grossenses de Alta Floresta, Guarantã do Norte, Castanheiro e Aripuanã; na rodovia Porto Velho–Manaus; no quadrilátero Santarém–Itaituba, Altamira–Almerin; em São Felix do Xingu (PA); e em Buritis (RO).

b) O desflorestamento se concentra na borda das áreas já desmatadas, de povoamento consolidado, e com valores menores do que o desflorestamento acumulado até 1970. Resta saber se a atual expansão de pastagens e da pecuária tem a mesma natureza daquela que ocorreu no início da expansão da fronteira amazônica.

Portanto, estudar as dinâmicas ocasionadas pela frente pioneira e frente de expansão como componentes formadores da fronteira é um caminho para entender o avanço do capitalismo e os conflitos e problemas gerados na Amazônia, que em alguns lugares gerou e em outros ampliou a questão agrária. Até aqui tratamos a dinâmica de forma conceitual, adiante passaremos a caracterizá-la enfocando os problemas gerados.

O pioneirismo do extrativismo da borracha: a origem das desigualdades

A formação territorial do Acre, assim como em outras partes do país, foi influenciada significativamente pela existência natural de produtos com certo valor comercial. A borracha foi sem dúvida o primeiro e principal agente atrativo para este local da Amazônia. Em primeiro lugar por que havia aqui imensos seringais naturais e em segundo lugar por que essa matéria prima era escassa pelo mundo afora o que lhe concebia ser bem valorizada financeiramente. Por esses motivos a região recebeu intenso fluxo migratório em busca de usufruir destes benefícios que gerou a primeira fronteira econômica no estado.

A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha do final do século XIX. Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileiras e não brasileiras na Amazônia. Com isto, tornou este território habitado por migrantes brasileiros, um dos espaços produtivos mais expressivos da região amazônica. O Acre, então, firmava-se como maior reserva natural de borracha do mundo, em exploração. (SILVA, 2004, p. 42).

O primeiro produto a ser incorporado a essa nova lógica de reprodução capitalista na região através da inserção de matérias-primas naturais ao mercado industrial estrangeiro foi à borracha. “A ocupação econômica do Acre resultaria dessa expansão, como resultado do esforço de produção no sentido de satisfazer à crescente demanda do mercado internacional [...]” (SILVA, 1982, p. 12).

Assim, a borracha que o próprio Colombo conhecera por ver no Haiti os índios jogando com ela, e com a qual, portanto, a colonização ibérica

convivera por duzentos e cinquenta anos sem aproveitar como matéria-prima, depois de revelada à sociedade capitalista por La Condamine, tornou-se rapidamente objeto de ensaio com vistas ao seu aproveitamento produtivo. A sequência de descobertas que se obtiveram sobre ela tem como marcos a de Macintosh em 1823 que patenteou tecidos impermeáveis e Chales Goodyear em 1839, que descobriu e patenteou o seu tratamento térmico à base de enxofre – a vulcanização – que ampliava as propriedades que tinha in natura, tornando-a mais forte, mais resistente e mais elástica. A borracha como recurso da natureza dava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas. Essa sua contribuição ainda seria ampliada mais tarde em 1888 por Dunlop, um veterinário escocês que descobre a câmara de ar, objeto que tornava os rodados da época muito mais macios e que iria popularizar logo depois com o advento das bicicletas e automóveis (LEAL, 1991, p. 13).

No contexto da conjuntura econômica mundial, este ato baseia-se na exportação de capitais, fortemente influenciada pela mudança da livre concorrência para o capitalismo monopolista, e na necessidade de encontrar novas extensões no campo do investimento através da exportação de capital e bens de capital, na tentativa de impedir a queda da taxa de lucro.

Crescia vertiginosamente a indústria e com ela a demanda internacional da borracha, gerando uma corrida às fontes produtoras da preciosa matéria-prima. O Brasil desfrutava, então, de uma posição privilegiada no mercado mundial, tendo na Amazônia o maior reservatório natural de seringueiras. A borracha silvestre transforma-se, pois, na viragem do século, numa das mais importantes matérias-primas industriais, tendo na indústria de pneumáticos o seu principal fator de aceleração e na Amazônia o seu principal centro produtor (SILVA, 1982, p. 09).

Esta fronteira extrativista vinculada ao capitalismo industrial internacional do fim do século XIX caracteriza-se pelo pioneirismo no “desbravamento” da região e pela formação econômica e sociocultural do território acreano e das pessoas que se deslocaram para esta parte do extremo Oeste do Brasil. As mudanças inseridas na fronteira terão reflexos nas dinâmicas populacionais e espaciais.

A economia da borracha era baseada na extração da hévea brasilienses dos seringais nativos da Amazônia na sua forma extensiva, ou seja, em imensas áreas de terras monopolizadas pelo seringalista que por sua vez dominava e explorava o seringueiro para a extração do látex da seringueira.

Nesse caso, o primeiro ponto a ser esclarecido está relacionado com a concentração da propriedade da terra refletida no tamanho dos estabelecimentos (seringais), que em síntese estaria ligada ao seringalista - uma forma de latifundiário.

[...] A grande propriedade era o tipo dominante, caracterizando o que hoje chamamos de ‘latifúndio’; porém, aqui também cabe ressalva: os seringais tinham em geral, tamanhos relativamente grandes, mas na fase áurea da borracha constituía-se em propriedades produtivas (para os padrões exigidos). Portanto, nesta fase se assim caracterizarmos, deve-se considerá-los latifúndios por ‘dimensões’; estas propriedades tornam-se improdutivas com a gradativa decadência da economia extrativista da borracha ao longo do século XX (SILVA, 2003, p. 91).

Então, no início da ocupação do território a terra já se encontrava monopolizada/concentrada e o trabalho explorado. Observe como ocorre a exploração do trabalhador seringueiro:

Na base desse sistema produtivo os produtores diretos – seringueiros – explorados duplamente pelo patrão seringalista, visto que estes detinham o

monopólio do comércio no interior dos seringais e poderes para fixar os preços da borracha produzida pelos seringueiros quanto o dos produtos básicos necessários à sobrevivência desses trabalhadores. A mediação monetária na relação de trocas era praticamente inexistente. Elas eram realizadas diretamente entre produtos, através do chamado sistema de aviamento [...] O endividamento prévio e sistemático dos seringueiros constitui-se num dos principais mecanismos de imobilização dessa força de trabalho (PAULA, 2005, p. 52-53).

Somando-se a essas formas de exploração ainda podemos citar, conforme Paula (2005, p. 54), a obrigação que os seringueiros eram submetidos a pagar ao seringalista, cerca de 10% da renda anual pelo trabalho na terra.

Além desse tipo social de grande propriedade – o seringal – paralelamente se estabelecia no território aproveitando-se dos momentos de crise do extrativismo da borracha outro tipo clandestino os comerciantes conhecidos como regatões.

[...] trata-se de parte daqueles indivíduos (muitos deles de origem árabe, como os Farhat, Abdala, Beirute) que foram se estabelecendo no território como comerciantes – alguns começaram atuando clandestinamente nos interstícios da empresa seringalista, através dos chamados ‘regatões’, burlando o monopólio comercial exercido pelo ‘barracão’ e, valendo-se dos momentos de crise do extrativismo da borracha, passaram a adquirir inúmeros seringais, transformando-se também, com o tempo, em grandes proprietários de terras (PAULA, 2005, p. 54).

Neste primeiro momento, segundo Silva (1982, p. 15), teremos uma ocupação do espaço acreano processando-se de forma não planejada, isto é, organizada exclusivamente para a extração da borracha, sem um sistema de colonização definido.

A extração da borracha encontraria o auge em 1912, com uma produção de 42.410 toneladas. No ano de 1913 teremos a quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial influenciado pela diminuição da extração, chegando ao fracasso quase total em 1930 com uma produção de 17.131 kg de borracha, contra 800.808 toneladas de borrachas asiáticas.

Durante a segunda guerra mundial tivemos novas ondas migrantes para a Amazônia. Influenciados pelos Acordos de Washington, estes retornaram novamente para cortar seringa, só que desta vez o ciclo da borracha duraria menos tempo, tendo o seu auge de 1942 a 1945, então veio mais uma vez a decadência. Mesmo assim, muitos seringueiros permaneceram nos seringais até chegar à década de 1970, onde iria ocorrer uma nova frente migratória, só que desta vez são os “sulistas” que entram na história.

Para ser mais preciso, a história da economia da borracha no Brasil pode ser dividida em (SILVA, 1982, p. 09 apud COSTA, CAPELA, 1970, p. 42):

1. Monopólio natural (até 1912) quando o látex só era obtido de seringueiras nativas da Amazônia;
2. Retrocesso e estagnação (até o estabelecimento dos acordos de Washington);
3. Transição (até 1948/1951) e;
4. Borracha como insumo de importação.

As relações de produção na economia da borracha eram delimitadas pelo sistema de aviamento dominado pelo capital internacional mercantil, onde se articulavam o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador, através de um quadro simples de dependências múltiplas (SILVA, 1982, p. 15).

Com o fim do período econômico baseado no mercado da borracha, inicia-se uma nova fase de apropriação do território para fins de reprodução do capital. No entanto, a floresta passa a ser uma barreira contra o desenvolvimento das forças produtivas que começam a se territorializar em meados da década de 70 do século XX, impulsionadas pela expansão da fronteira agropecuária.

A fronteira agropecuária acreana: a ampliação do conflito em torno da terra e trabalho

Por volta da década de 70 do século XX, uma nova rearticulação do capital se apropria do território acreano, transformando a sociedade, a economia e a política. É a caminhada da frente pioneira agropecuária e a formação da nova fase da fronteira no estado.

A fronteira agropecuária, mais recente, configura-se numa frente pioneira que propõe novas formas e condições de trabalho e produção, readequando-se aos novos momentos do capitalismo na sua territorialização em nível nacional. Impôs transformações tanto no caráter de produção, como sociocultural e socioeconômico. Por propor novas formas de produção e trabalho, numa visão do novo quebra com o arranjo espacial da fase da extrativista, no campo e na cidade. Nisto reside às raízes e abrangência dos conflitos produzidos (SILVA, 2004, p. 43).

A ocupação das terras do Acre por empresários do centro sul no início da década de 70 do século XX, instaurou um mundo de violência nos seringais. O fato da inserção da agropecuária discordava com o modelo extrativista e forçava a finalização do sistema de aviação da economia extrativa e suas bases florestais.

A transformação espacial é determinada pela mudança da floresta para o campo, onde os seringais saem da propriedade dos seringalistas para a propriedade dos fazendeiros e os trabalhadores de seringueiros para trabalhadores assalariados conhecidos como “peões”. A mudança inicia-se com a venda da terra do seringalista ao fazendeiro e posteriormente a territorialização se processa com a derrubada da floresta para o plantio do capim para o gado.

Com a venda da terra é gerado outro problema com a mão de obra que vivia como posseiro no interior dos seringais (os seringueiros). Estes não seriam diretamente remanejados para outra atividade, nem tampouco seriam absorvidos em sua maioria pela agropecuária. Dessa forma, o novo dono da terra se incumbiria de limpar a terra dos resquícios do seringal.

Observe que essa limpeza do seringal para a agropecuária (fazendeira) se processa em três fases: 1) A limpeza da floresta, 2) A limpeza da mão de obra (posseiros) e 3) o plantio do capim.

Ademais, esta transferência (venda) de propriedade é feita à revelia da situação do seringueiro, que na condição de posseiros ocupavam a terra há várias décadas. Com isso, esta nova dimensão da velha estrutura fundiária é construída sob fortes conflitos agrários. Os seringueiros eram desalojados de suas colocações por formas espúrias, que iam desde a ação enganosa com a sua indenização por valores irrisórios até mesmo a expulsão pela força física, com a ação de jagunços, queimando casas de seringueiros, semeando capim em seus roçados, ameaçando-os de morte etc. (SILVA, 2003, p. 94-95).

O processo que mencionamos, de inserção da região ao processo geral de expansão capitalista no Brasil, formado pela reordenação espacial produtiva, determinada pela desterritorialização do seringal e territorialização da agropecuária, foi impulsionado pela corrida pela terra através da especulação fundiária, estimuladas por incentivos estatais através de propagandas oficiais e de financiamentos da SUDAM de programas como o PROBOR e o PROTERRA (SILVA, 1982, p. 05 – 06).

O baixo preço e a existência de grande quantidade de terras disponíveis tornaram as terras do Acre um investimento extremamente lucrativo aos olhos dos especuladores. Grandes áreas eram compradas e imediatamente retalhadas e revendidas, com lucros astronômicos. A especulação fundiária

é facilmente identificada, seja pela exigência de grandes áreas mantidas inexploradas, como reserva de valor, seja pelo grande número de transações, mudança de dono em curto espaço de tempo, que se verificaram na maioria dos casos sobre uma mesma propriedade (SILVA, 1982, p. 05 – 06).

Esse processo de desterritorialização do seringal desencadeou uma série de ações violentas contra os seringueiros remanescentes. Era preciso desimpedir a área da presença incômoda de seringueiros e pequenos posseiros, que expulsos de suas colocações, migraram para as periferias dos centros urbanos do estado (SILVA, 1982, p. 32).

Segundo Silva (1982, p. 06) nos anos de 1970 estabeleceu-se acelerado processo de expulsão populacional do meio rural, desarticulação dos seringais nativos, a crise do extrativismo que barateou o preço da terra, despertando o interesse dos compradores do centro sul.

Os métodos expulsórios utilizados contra os posseiros foram os mais diversos, desde a compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou troca por lotes, de área inferior ao módulo oficial, a destruição de plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçados, obstrução de caminhos e varadouros, espancamentos e assassinatos.

Neste momento, os seringueiros temendo o fim do seu modo de vida com o fim dos seringais, passam a se articular em movimentos sociais, em sindicatos. A fundação dos STR's de Sena Madureira e Brasília eram os dois primeiros sindicatos a serem organizados, pois os processos de empates entre as forças extra regionais e a expulsão dos posseiros, já eram acentuadas, inclusive com fortes correntes de êxodo rural para as cidades da região (SILVA, 1982, p.68).

Na cidade de Rio Branco, o assassinato de João Eduardo, em 1981, demonstra que os conflitos agrários no campo refletem também nas questões da terra para moradia urbana. Sendo assim, a expropriação e a conseqüente expulsão maciça de seringueiros/posseiros, que foram ocupar os ditos espaços vazios na periferia dos núcleos urbanos, teve no Acre o principal pólo de atração em Rio Branco.

A crise dos seringais amazônicos refletira diretamente na urbanização da cidade de Rio Branco. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970 apenas 41,1% da população do município passou para 74,8% em 1980 (SILVA, 1982, P. 13-15).

Assim o capital ocupou a terra, acelerou a desarticulação da economia tradicional, expropriou e expulsou, gerando uma massa crescente de desempregados que, desalojados e sem perspectivas no campo, migraram para as cidades, [...] esses migrantes, na maioria ex-seringueiros, passam a ocupar as periferias das cidades, principalmente de Rio Branco, capital e principal centro urbano do estado, dando origem ao surgimento de grandes bairros marginais. A periferia de Rio Branco é hoje, o maior indicador mais significativo dessa intensa e desordenada ocupação. (SILVA, 1982, p.81).

Grandes bairros começaram a se formar e outros a crescer rapidamente na área periférica de Rio Branco. São exemplos, dentre outros, os bairros do Aeroporto Velho, com 2.219 habitantes; Aprendizado, com 3.935 habitantes; Bahia, com 3.059 e Cidade Nova, com 5.242.

Nesse período a população urbana cresceu de 26,3% para 43,8% de 1970 para 1980. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970, 41,1% da população do município, passou para 74,8% em 1980, ou seja, 66% da população urbana concentravam-se em Rio Branco. Enquanto a densidade demográfica estadual era de 1,98 hab/km, em 1980, Rio Branco tinha 8,19 hab./km (SILVA, 1982, p.82).

No período de 1940 a 2000, Rio Branco cresceu a uma taxa de 6,4% ao ano, sendo que o período de maior alta foi à década de 1970, com uma taxa de 11% ao ano. Esta quantidade pode ser justificada pelo êxodo rural provocado pela corrida pelas terras da nova fronteira agropecuária acreana, conforme afirma Silva (1982, p. 81):

Na medida em que a urbanização se acentuava, devido a intensificação do êxodo rural acelerado, cresciam os problemas sociais nas áreas urbanas, tendo em vista que, a infra-estrutura precária de Rio Branco não tinha suporte para absorver o contingente populacional expulso do campo, numa economia de caráter eminentemente primária, [...] O resultado imediato desse processo é a intensificação da marginalidade urbana, e a existência de enorme reservatório de mão de obra desqualificada, produzido pelo capital especulativo (SILVA, 1982, p.83-84).

Sem dúvida, as duas primeiras fases da fronteira acreana – a fronteira de expansão com base no extrativismo vegetal da borracha e a frente pioneira da agropecuária - influenciaram na formação social, econômica e produziram o espaço atribuindo formas ao estado. Talvez, seu maior legado esteja na base da economia acreana: agrária e florestal. Este fato pode ser comprovado quando analisamos a expansão do rebanho bovino do estado que evoluiu de 72.166 cabeças em 1970, passando para 120.143 em 1975, para 1.033.331 em 2000 e chegando à 2.315.798 em 2007, representando um aumento de mais de 100% em apenas 07 anos (O ESTADO DO ACRE, 2009).

Portanto, essas dinâmicas de expansão capitalista produziram diversos problemas no estado, tais como: a degradação da floresta nativa, a violência contra os posseiros, a exploração da força de trabalho, desemprego rural e, além disso, influenciaram diretamente para a formação e consolidação da estrutura fundiária concentrada no Estado. No próximo item apresentaremos os dados que comprovam esta afirmação.

A estrutura fundiária acreana: a expressão das desigualdades

“A estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade” (LINHARES, SILVA, 1999, p. 41).

Nos textos anteriores apresentamos os dois principais movimentos econômicos que influenciaram nas dinâmicas populacionais e na estrutura fundiária do estado – o extrativismo da borracha e a fronteira agropecuária. Agora em diante, passaremos a demonstrar quais as consequências desses movimentos no espaço agrário, ou seja, as desigualdades em relação à estrutura fundiária do estado. Nesse caso, para melhor compreensão nos basearemos nos cadastros do INCRA quando se tratar de imóveis rurais, e do IBGE quando se tratar de estabelecimentos rurais.

A estrutura fundiária é uma das principais bases da questão agrária, pois é a própria expressão da apropriação, distribuição e concentração de terras de uma sociedade. É fruto das relações históricas de poder relacionado entre o oficial (estatal) que garante por meios jurídicos a posse de parte de seu território e o privado (particular) que se apossa definindo tamanho, forma e quantidade. Na implantação do sistema de posse e uso da terra surge o conflito e a violência como partes integrantes da imposição do sistema de apropriação das terras pelo grupo dominante que geralmente é minoritário sobre o grupo “dominado” que geralmente é majoritário.

Desistir ou resistir, são as palavras que influenciam no balanço numérico da posse da terra. Quando a parte majoritária é expropriada e “desisti” de lutar pela terra a parte minoritária se expande, o que é a sua principal intenção.

Mas voltando a questão conceitual, segundo Andrade (1980, p. 15 -16) a estrutura fundiária corresponde a:

[...] uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado de uma evolução histórica, de uma opção política e do nível tecnológico existente. Sabe-se porém que esta estrutura evoluiu a partir de uma ação violenta de um grupo que se apropriou das terras, a partir da

ocasião em que o agricultor foi capaz de produzir um excedente que poderia ser acumulado e comercializado. Até à ocasião em que o agricultor foi capaz de produzir por deficiência física ou por baixo nível tecnológico, não foi capaz de produzir senão o necessário à manutenção de sua subsistência ou reprodução, a propriedade privada da terra não foi viável. Quando os conhecimentos existentes permitiram o crescimento da produção e a acumulação das sobras produzidas é que determinados grupos passaram a apossar-se das terras e a utilizar os agricultores, através de sistemas os mais diversos, para produzir um excedente em benefício do grupo (ANDRADE, 1980, p. 15-16).

Historicamente, no Brasil, a configuração espacial que tem sido privilegiada pelos detentores de poder favorece a concentração da maior parte das terras nas mãos de poucos. Segundo Prado Junior (1979, p. 16 - 17) o alto grau de concentração da propriedade agrária no Brasil pode ser demonstrado na análise dos dados referente ao recenseamento de 1950 do IBGE que constatou: “enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área”.

Essa classificação de Prado Junior (1979) parece um pouco limitada, pois o IBGE considera nos censos agropecuários, os estabelecimentos agropecuários, definidos como:

Toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006, não pag.).

Ou seja, o estabelecimento pode comportar vários imóveis rurais no seu interior ou sob a sua administração, no entanto, a análise Prado Junior (1979) expressa o problema da concentração fundiária dentro dos padrões e critérios da época e por isso torna o problema hoje ainda mais grave. Pois se observarmos as divisões por estratos de área veremos que existe uma similaridade com os padrões atuais somente entre os estabelecimentos de até 100 hectares que ainda são considerados como pequenos, diferentemente dos de 200 hectares e mais que na época eram considerados como grande. Ainda são, mas o que queremos falar é que hoje o padrão de grande estabelecimento está acima disso, ou seja, acima de 1000 hectares.

Com o passar do tempo, algumas inovações foram inseridas para melhorar a análise e propiciar a compreensão da estrutura agrária. Uma dessas inovações é a fragmentação em imóveis de vários tamanhos que permitiu dividir hierarquicamente os imóveis em vários estratos de áreas contemplando todas as formas contidas do espaço.

Com base nessa forma de analisar, percebemos que em comparação ao ano de 1950 a questão se agravou ainda mais, pois segundo cadastro do INCRA (2004) do ano de 2003: enquanto 3.611.429 (pequenos) imóveis ou 85% do total com área de até 100 ha ocupam 20% da área total, 557.835 (médios) imóveis ou 13,2% do total com área entre 100 a 1000 concentram 36,2% da área total e os 69.123 (grandes) imóveis ou 1,7 do total com área entre 1000 a 2000 ha concentram 43,7% da área total.

Embora para a análise da estrutura fundiária do ano de 1950 nos baseamos na concepção de Prado Junior (1979) que está estruturada na pesquisa do IBGE que enfoca os estabelecimentos, e para a análise do problema no ano de 2003 usamos os dados do INCRA que enfoca os imóveis, o problema não mudou e a expressão da questão agrária continua evidente.

Em relação ao estado do Acre que também segue está lógica concentracionista do Brasil, segundo informações cadastrais do INCRA os imóveis com áreas acima de 1.000 ha concentravam cerca de 78,77% da área cadastrada e representavam apenas 3,44% do total

de imóveis. Os imóveis com áreas entre 100 a 1.000 ha representavam 7,87% dos imóveis e concentravam 6,06% da área cadastrada, enquanto os estabelecimentos com até 100 ha representam 88,69% dos imóveis cadastrados e detêm apenas 15,17% da área cadastrada (INCRA, 2004, p. 27).

Esses dados demonstram uma prevalência da minoria (3,44% do total) dos grandes imóveis (acima de 1.000 ha) ou agricultura capitalista concentrando a propriedade da terra no estado. Uma causa para esta evidência é atribuída ao modelo incentivado durante a expansão da fronteira agropecuária da década de 70 do século XX baseado na grande exploração. Em contrapartida, para a grande maioria (88,69% do total) dos pequenos imóveis ou camponeses (até 100 ha) que vivem no/do campo resta apenas 15,17% da área.

Nos estudos da estrutura fundiária o índice de Gini é uma das formas mais usadas para visualizar a situação em que se encontra a estrutura. Para o seu cálculo utiliza-se como unidade básica o proprietário e a área total que detém e seu valor varia de 0 a 1 de acordo com o nível de concentração: quando mais se aproxima de 0 o índice indica igualdade, no entanto, quando se aproxima de 1 indica concentração absoluta. Segundo Girard (2006) “em 2003 o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra”.

No caso do Acre, o índice de Gini do ano de 2003 era de 0,785 que colocava o estado em terceiro lugar entre os de maior concentração fundiária da Amazônia (GIRARDI, 2008). Este valor pode demonstrar uma pequena redução no nível de concentração – mas ainda se encontra bem concentrado -, pois se analisarmos os dados de 1966 a 2003 veremos que a questão era bem mais complicada.

Entre os anos de 1966 e 1984 - período inicial da expansão da fronteira agropecuária – percebemos um aumento gradual no índice, pois o estado tinha o índice de Gini de 0,948 em 1966, no ano de 1978 ocorreu um acréscimo de 0,013 passando para 0,961 e baixando para 0,919 em 1984. Perceba que o índice chega perto de 1 que seria a concentração total. De 1984 a 1998 o índice sofre diminuição de 0,04 chegando a 0,879, e de 1998 a 2003 sofre a maior subtração de 0,094 chegando ao menor índice calculado até então de 0,785 (INCRA, 2004, p. 26).

Entre os fatos que justificam tal diminuição está à incipiente reforma agrária por meio de assentamentos nas regionais do Baixo Acre e Alto Acre. No entanto, ainda não ameniza a situação deixando o estado em terceiro lugar na região Norte perdendo apenas para o Amazonas e para o Pará (INCRA, 2004, p. 26).

Na região norte a situação dos estados em relação ao índice de Gini no ano de 1998 confirmam ainda mais o Acre como um dos estados com maior concentração fundiária da região. O Estado se encontrava em terceiro lugar com 0,879, ficando atrás somente do Amazonas com 0,922 em primeiro e do Pará com 0,900 em segundo (INCRA, 2004, p. 27).

No ano de 2003 (GIRARDI, 2008) o índice do estado cai para 0,785, no entanto, não significa nenhum avanço em relação a colocação que ocupava no ano de 1998, continuando como o terceiro mais concentrador da região, ficando atrás somente dos estados do Amazonas com 0,837 e Pará com 0,823.

Em relação ao índice de Gini dos vinte e dois (22) municípios do Acre, analisando os extremos tínhamos em 1992 o município de Feijó com o índice de 0,964 – índice bem próximo de 1 - sendo o mais concentrado - e o município de Plácido de Castro com 0,337 como o menos concentrado.

No ano de 1998, cinco anos após a criação de novos municípios o título de mais concentrado ainda ficou em Feijó com índice de 0,958, apenas 0,08 a menos que o ano de 1992, e o de menos concentrado ficou com Acrelândia com apenas 0,254 de índice.

No ano de 2003 a maior concentração de terra municipal passou da regional Tarauacá-Envira para a regional Juruá com o município de Mâncio Lima que aumentou seu índice em 0,06 em relação ao ano de 1998 e ficou com 0,911 neste ano, já o município com menor concentração de terra volta novamente a regional do Baixo Acre, no município de Plácido de Castro, com 0,402.

Em média, analisando os índices do ano de 2003 por regionais o que teremos é o Purus com 0,841, Tarauacá-Envira com 0,831, Juruá com 0,779, Alto Acre com 0,766 e por último a regional do Baixo Acre, que é a regional mais urbanizada, com apenas 0,646.

Em relação ao pessoal ocupado nas atividades rurais por setores de produção no ano de 1996, aponta que a agricultura familiar (menor que 100) é responsável pelo emprego de 67.223,00 pessoas, o que equivale a aproximadamente 72% da força de trabalho empregada nas atividades rurais. A produção familiar extrativista e médios fazendeiros (de 100 a 1.000 ha) empregam 23.788,00 pessoas equivalente a 25,42% da força de trabalho, no entanto, a Produção Pecuária de Grande Porte (maior que 1.000 ha) empregam apenas 2.575,00 pessoas nas atividades rurais equivalendo apenas 2,75% do total (INCRA, 2004, p. 43).

Analisando esses dados em conjunto com os dados da estrutura fundiária do estado, percebemos que a agricultura capitalista concentra a maior parte das terras, no entanto, é a agricultura familiar que com pequena quantidade de terra disponível ocupa a maior parte dos trabalhadores rurais. Isso indica que a agricultura capitalista beneficia apenas o proprietário que concentra o excedente da exploração da força de trabalho e da concentração de terra, diferente da agricultura familiar que do seu funcionamento diário vivem muitas pessoas ou a maior parte dos moradores do campo.

Assim, os dados apresentados indicam que em relação à estrutura fundiária do estado ocorreu uma significativa diminuição quando nos baseamos no índice de Gini dos anos de 1966 a 2003, de 0,948 para 0,785, no entanto, o estado ainda ocupa a terceira colocação de mais concentrado da região Norte. Este fato pode ser confirmado quando analisamos a quantidade de estabelecimento e a área ocupada e percebemos que poucos imóveis (3,44% = 78,77%) concentram a maior parte das terras disponíveis, enquanto muitos imóveis (88,69% = 15,17%) dividem uma pequena parte. Além disso, podemos acrescentar que a maior parte dos trabalhadores estão ocupados nesta pequena parte, ou seja, 72% do total.

Conclusão

Diante do exposto, pode-se afirmar, a princípio, que a estrutura fundiária do estado na dimensão espacial é a própria representação do movimento que a gerou, a frente pioneira extrativa e a fronteira agropecuária. Nesse processo de nascimento das atividades econômicas impulsionadas pela expansão capitalista percebem-se alguns ajustes para a extração do excedente que provocam desajustes no território. Entre os ajustes que o capital faz podemos citar a concentração fundiária e a expropriação e exploração dos trabalhadores e entre os desajustes que provoca está à exclusão, a violência e toda forma de desigualdade que dessa dinâmica procede.

Enfim, ficou provado na análise da dinâmica da fronteira que o avanço da grande propriedade expande a exploração do trabalhador e diminui a produção de alimentos. Assim, propomos que os projetos de desenvolvimento levem em consideração as necessidades de reforma agrária, que abrange a distribuição de terras e renda e, que favorecem para a sobrevivência de uma parte significativa da população. Além disso, nos âmbitos da Amazônia deve-se considerar a existência da floresta e do povo que nela habita, com suas culturas específicas, para que todas as políticas sejam direcionadas para a utilização das riquezas florestais de forma racional e sustentável.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de. O sentido da terra camponesa: práticas de distinção. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” - SINGA 2007. Londrina, PR, UEL, 2007.

- ANDRADE, M. C. de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FARIAS, C. S. Manipulação do território: o campesinato e o agronegócio na Amazônia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev., 2010.
- FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Volume 34 – Nº 2. Jul/Dez – 2007.
- FREYRE, G. Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Livraria José Olympio, 1947.
- GIRARDI, E. P. Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tese de Doutorado, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOLANDA, S. B. de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras. (1957) 2005.
- _____. Monções. São Paulo: Brasiliense, (1957) 2005.
- _____. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2004. Disponível em: WWW.incra.gov.br, Acesso em 14/10/2010.
- KNAUSS, P. (Org.). Oeste Americano: quatro ensaios dos Estados Unidos da America de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004.
- LEAL, A. L. Sinopse Histórica da Amazônia: Uma visão Política. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP, 1991.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Coleção: Espaço, território e paisagem).
- MARTINS, J. de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

O ESTADO DO ACRE. Economia: Acre dobra rebanho bovino; borracha cai muito. Disponível em www.oestadodoacre.com.br, acesso em 05/11/2009.

OLIVEIRA, A. U. de. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001, 4ª ed.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2005, 5ª ed.

PAULA, E. A. de. (Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RICARDO, C. Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SILVA, A. F. da. Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo horizonte: UFMG, 1982.

SILVA, S. S. da. Na fronteira agropecuária acreana. Rio Branco: LEUPAG-DEGEO/UFAC, 2003.

_____. O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX. Revista NERA: Presidente Prudente. Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004. ISSN 1806-6755.

SOUZA, S.; CONCEIÇÃO, A. L. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. Revista Pegada – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

WAIBEL, L. H. As zonas Pioneiras do Brasil. Rio de Janeiro, RBG: Ano 17, nº 04, out/dez, 1955.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). Campesinato e territórios em disputas. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 161 – 190.